

RONNY CHARLES LOPES DE TORRES

Leis de
LICITAÇÕES PÚBLICAS
comentadas

Lei 8.666/1993 • Lei 10.520/2002 • LC 123/2006

11^a | revista,
edição | ampliada e
atualizada

2021

 **EDITORA**
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br



Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia
Tel: (71) 3045.9051
- Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

T693

1183892

Torres, Ronny Charles Lopes de.
Leis de licitações públicas comentadas / Ronny Charles Lopes de Torres. – revista, amp. e atualiz. 11. ed. – Salvador: Ed. Juspodivm, 2021.
1.280 p.

Inclui bibliografia e índice
ISBN: 978-65-5680-136-0

1. Direito administrativo - Brasil. 2. Licitação pública - Legislação - Brasil. 3. Brasil. [Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993]. 4. Brasil. [Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002]. 5. Brasil. [Lei complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006]. I. Título.

CDD: 342.8106

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

Introdução.....	41
PARTE 1 LEI Nº 8.666/93	
CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	45
SEÇÃO I – Dos princípios.....	45
1 Licitação pública.....	45
1.1 Fundamentos constitucionais	46
1.2 Objeto da licitação.....	47
1.3 Objeto da licitação x pretensão contratual	47
1.3.1 A análise de mercado como componente de aperfeiçoamento do planejamento...	48
1.3.2 Administração dialógica e o diálogo com o mercado, na fase de planejamento...	49
1.3.3 Diretivas da união europeia 2014/24 e modelos de procedimento concorrencial dialógico e flexível.....	50
1.4 Aspectos de teoria econômica das licitações no caso brasileiro	52
1.4.1 Contratações públicas e <i>e-marketplace</i>	56
1.4.2 Potencialidades da implantação do <i>e-marketplace</i> público no Brasil.....	63
1.5 Adjudicação por item	65
1.5.1 Adjudicação por itens x aglutinação de objetos.....	67
1.5.2 Aglutinação em grupos e posterior aquisição por itens.....	69
1.5.3 Item x lote x grupo.....	71
1.5.4 Serviços terceirizados diversos, aglutinação e adjudicação por itens.....	72
1.5.5 Divisão da pretensão contratual no direito europeu	73
1.5.6 Órgãos públicos e contratações de “facilities”	76
1.5.7 Instrução normativa 01/2019 – Plano Anual de Contratações e Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações.....	78
1.6 Competência legislativa	79
1.6.1 Competência legislativa e autonomia administrativa.....	80
1.6.2 Normas de caráter específico.....	80
1.6.3 Normas materialmente gerais x normas materialmente específicas.....	80
1.6.4 Não exaurimento da competência legislativa privativa.....	82
1.6.5 Licitações e poder regulamentar	84
1.6.5.1 Poder regulamentar x poder hierárquico	85
1.6.5.2 Poder regulamentar x poder normativo	87
1.6.5.3 Adoção da regulamentação de outro ente federativo.....	88
1.7 Destinatários das regras licitatórias	88
1.7.1 Fundos especiais.....	88
1.7.2 Empresas estatais	89
1.7.3 Entidades controladas.....	89
1.7.4 Serviços Sociais Autônomos	90

LEIS DE LICITAÇÕES PÚBLICAS COMENTADAS – RONNY CHARLES LOPES DE TORRES

1.7.5	Organizações Sociais (OS).....	91
1.7.6	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP's).....	92
1.8	Pretenções contratuais submetidas às licitações	94
1.8.1	Perspectiva burocrática e perspectiva democrática do princípio da obrigatoriedade	94
1.8.2	Perspectiva subjetiva da incidência do regime jurídico licitatório	95
1.8.3	Exceções ao princípio da obrigatoriedade	96
1.8.4	Exceções ao princípio da obrigatoriedade e competência legislativa.....	97
1.8.5	Exceções ao princípio da obrigatoriedade e outras leis.....	97
1.8.6	Concessão e obrigatoriedade de licitar	98
1.9	Contrato administrativo	99
1.9.1	Elemento consensual do contrato administrativo.....	100
1.9.2	Conceito de contrato e seguro DPVAT.....	100
1.10	Finalidades da licitação	103
1.10.1	Proposta mais vantajosa (vantajosidade)	104
1.10.2	Isonomia	104
1.10.3	Desenvolvimento nacional sustentável.....	105
1.10.3.1	Contratações públicas e sustentabilidade ambiental.....	106
1.11	Princípios	106
1.11.1	Legalidade.....	107
1.11.2	Impessoalidade.....	110
1.11.3	Moralidade.....	112
1.11.4	Igualdade.....	112
1.11.5	Publicidade	114
1.11.5.1	Publicidade e acesso aos atos do procedimento.....	115
1.11.5.2	Publicidade e sigilo do conteúdo das propostas.....	116
1.11.5.3	Publicidade e lei de acesso à informação.....	117
1.11.6	Probidade.....	118
1.11.7	Vinculação ao instrumento convocatório.....	118
1.11.8	Julgamento objetivo.....	119
1.11.9	Princípios correlatos.....	119
1.11.10	Eficiência.....	119
1.11.11	Razoabilidade e proporcionalidade	120
1.11.12	Outros princípios.....	122
1.12	Competitividade.....	123
1.12.1	Restrição ao caráter competitivo	123
1.12.2	Restrição a bem produzido no Estado ou Município	124
1.13	Cooperativas e participação em licitações.....	124
1.13.1	Contratação de cooperativas e IN 05/2017.....	126
1.13.2	Cooperativas de trabalho e a Lei nº 12.690/2012.....	128
1.14	Empresa em litígio com a Administração.....	129
1.15	Microempresas e empresas de pequeno porte	129
1.16	Critérios de desempate.....	130
1.17	Margem de preferência.....	130
1.17.1	Margem de preferência e restrição	132
1.17.2	Margem de preferência e delegação ao executivo.....	132
1.17.3	Margem de preferência e necessária previsão em decreto.....	134
1.18	Licitantes e direito público subjetivo ao devido regime licitatório	136

SUMÁRIO

1.18.1	Controle social.....	136
1.19	Formalização	137
1.20	Ordem cronológica de pagamentos	138
1.21	Ordem cronológica e tutela penal	141
1.22	Atualização monetária	141
SEÇÃO II	– Das definições	141
2.1	Conceitos legais.....	143
2.1.1	Passagens aéreas	143
2.1.2	Locação de bens e o conceito legal de serviço	144
2.1.3	Definição legal de alienação	144
2.1.4	Grande vulto.....	144
2.1.5	Administração contratada e Veto presidencial.....	145
2.2	Licitações de publicidade	146
2.2.1	Lei federal nº 12.232/2010 e licitação de serviços de publicidade	146
2.3	Projeto básico.....	148
2.3.1	Projeto básico e formalismo	149
2.3.2	Projeto básico e impacto ambiental	150
2.3.3	Projeto básico e elementos mínimos	151
2.3.4	Jurisprudência.....	153
2.3.5	Anotação de responsabilidade técnica	154
2.3.6	Decreto nº 10.306/2020 e a utilização do bim (<i>Building Information Modelling</i>) ...	154
2.4	Projeto executivo.....	155
2.5	Comissões na licitação	156
SEÇÃO III	– Das obras e serviços	156
3.1	Fase interna da licitação	157
3.1.1	Fase interna da licitação e instrução normativa 05/2017	158
3.2	Projeto executivo e aprovação prévia.....	161
3.3	Planilhas	162
3.3.1	Planilha e composição dos custos unitários	162
3.3.2	IRPJ e CSLL em planilhas de custos	162
3.3.3	CSLL e IRPJ e previsão em contratos vigentes	163
3.4	Bonificações e Despesas Indiretas – BDI.....	166
3.5	Previsão orçamentária	169
3.5.1	Previsão orçamentária e exercício financeiro	169
3.5.2	Falta de aprovação da Lei Orçamentária Anual	170
3.5.3	Orçamento e previsão constitucional	171
3.6	Vedação ao fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantitativo	176
3.7	Vedação à indicação de marca	177
3.7.1	Exceção à vedação de indicação de marca	178
3.8	Impossibilidade de adoção do regime administração contratada	179
3.9	Requerimento dos quantitativos e preços, pelo cidadão.....	179
3.10	Programação e planejamento de obras e serviços.....	180
3.11	Obras inacabadas e mudança de gestor	180
3.12	Terceirização de serviços	180
3.12.1	O dilema atividade fim versus atividade meio	182
3.12.2	Vedações à terceirização de serviços	187

LEIS DE LICITAÇÕES PÚBLICAS COMENTADAS – RONNY CHARLES LOPES DE TORRES

3.12.3	Regras para os instrumentos convocatórios e contratos.....	188
3.12.4	Terceirização e quebra da impessoalidade.....	191
3.13	Vedações à participação na licitação ou na execução contratual.....	192
3.13.1	Vedações à participação na licitação ou na execução contratual e convênios.....	195
3.13.2	Vedação e comissão de licitação.....	195
3.14	Comissão de licitação e servidores terceirizados.....	195
3.15	Execução direta.....	196
3.16	Execução indireta.....	197
3.16.1	Empreitada por preço global.....	197
3.16.2	Empreitada por preço unitário.....	198
3.16.3	Tarefa.....	199
3.16.4	Empreitada integral.....	199
3.16.5	Empreitada integral e aditivos.....	200
3.17	Padronização.....	202
3.18	Licitação e impacto ambiental.....	202
3.19	Licitações sustentáveis e o meio ambiente.....	203
SEÇÃO IV – Dos serviços técnicos profissionais especializados.....		206
4.1	Serviços técnicos profissionais especializados.....	207
4.2	Cessão dos direitos patrimoniais.....	208
4.3	Serviços técnicos especializados e participação do corpo técnico na execução contratual.....	208
SEÇÃO V – Das compras.....		209
5.1	Caracterização do objeto.....	209
5.2	Condições do setor privado.....	210
5.2.1	Condições do setor privado para obras e serviços.....	211
5.2.2	Pagamento antecipado.....	211
5.2.3	Pagamento antecipado em uma sucinta perspectiva econômica.....	213
5.2.4	Pagamento antecipado e a lei nº 8.666/93.....	214
5.2.5	Pagamento antecipado e a necessidade de prévia liquidação da despesa.....	216
5.2.6	Pagamento antecipado e a Lei nº 14.065/2020 (MP 361/2020).....	219
5.3	Sistema de Registro de Preços (SRP).....	220
5.3.1	Características.....	221
5.3.2	Obrigatoriedade do SRP.....	222
5.3.3	Aplicabilidade do SRP (Objeto).....	223
5.3.3.1	SRP para serviços.....	225
5.3.3.2	SRP para obras e serviços de engenharia.....	226
5.3.3.3	SRP para locação.....	230
5.3.3.4	SRP e serviços contínuos.....	231
5.3.3.5	Sistema de Registro de preços permanente.....	232
5.3.3.6	Adoção do SRP para a elaboração de projetos básicos.....	233
5.3.4	SRP e regime de execução.....	235
5.3.5	Órgão gerenciador, participante, participante de compra nacional e o não participante (“carona”).....	236
5.3.5.1	Das competências do órgão gerenciador.....	237
5.3.5.2	Das competências do órgão participante.....	238
5.3.5.3	O órgão participante e a efetivação da contratação.....	240
5.3.6	Limites às contratações do “carona”.....	241

SUMÁRIO

5.3.6.1	Espécies de limites (individual, temporal, global, subjetivo, formal e lógico)	247
5.3.6.2	Inconstitucionalidade da instituição do carona, por decreto.....	251
5.3.6.3	Adesão de órgãos federais à Ata de registro de preços proveniente de entidades do "Sistema S"	252
5.3.6.4	Adesão de órgãos federais a Atas de Registro de Preços de estados e municípios	253
5.3.6.5	Adesão à Ata e procedimento formal.....	254
5.3.6.6	Do caráter não obrigatório da análise jurídica, pelo órgão consultivo, relacionada à adesão.....	255
5.3.6.7	Da adesão em serviços de engenharia	257
5.3.7	Cadastro de reserva.....	261
5.3.8	SRP e convênios.....	262
5.3.9	SRP e aplicação de sanções.....	263
5.3.10	Possibilidade de sancionamento pela recusa de fornecimento ao carona	265
5.3.11	Intenção de Registro de Preços.....	266
5.3.12	SRP e dotação orçamentária	267
5.3.13	SRP, pretensão contratual e boa-fé.....	268
5.3.14	SRP e pregão	269
5.3.15	Preços registrados: revisão econômica e negociação.....	269
5.3.16	Ata de registro de preços.....	274
5.3.16.1	SRP e validade da ata.....	275
5.3.16.2	Início do prazo de vigência da Ata	277
5.3.16.3	Prorrogação da ata e renovação dos quantitativos fixados na licitação.	278
5.3.16.4	Adesão à ata e alterações das condições contratuais originais.....	279
5.3.17	Obrigação do Fornecedor e nota de empenho encaminhada após o prazo de vigência da ata.....	279
5.3.18	SRP e acréscimos dos quantitativos contratados.....	280
5.3.19	SRP e direito de preferência.....	282
5.3.20	Compras compartilhadas sem utiliza�o do SRP	282
5.3.21	Coopera�o e compras compartilhadas entre órgãos contratantes na União Europeia	284
5.4	Controle social.....	286
5.5	Defini�o do bem e planejamento.....	287
5.6	Recebimento e conserva�o dos materiais.....	287
5.7	Comissão para recebimento de material	288
5.8	Compras e publicidade.....	288
5.9	Ressalva � publicidade	289
SE�O VI – Das aliena�es		289
6.1	Bens públicos	292
6.1.1	Gestão eficiente dos bens públicos	293
6.2	Licita�o dispensada para imóveis	293
6.2.1	Avalia�o imobiliária	294
6.2.2	Laudo de avalia�o contratado por terceiro.....	295
6.2.3	Da�o em pagamento (inciso I, alínea a)	295
6.2.4	Doa�o de imóvel público (inciso I, alínea b)	296
6.2.5	Permuta de imóvel público (inciso I, alínea c).....	296
6.2.5.1	Permuta de terreno público por unidades imobiliárias a serem constr�idas futuramente	300

LEIS DE LICITAÇÕES PÚBLICAS COMENTADAS RONNY CHARLES LOPES DE TORRES

6.2.6	Investidura (inciso I, alínea D)	301
6.2.7	Venda a outros órgãos ou entidades da administração pública (inciso I, alínea e)	302
6.2.8	Bens imóveis residenciais (inciso I, alínea F).....	302
6.2.8.1	Permissão de uso.....	303
6.2.9	Procedimentos de legitimação de posse (inciso I, alínea g).....	304
6.2.10	Bens imóveis de uso comercial (inciso I, alínea h).....	305
6.2.11	Terras públicas rurais da união e do incra (inciso I, alínea i)	306
6.2.12	Alienação de bens públicos e abuso administrativo	307
6.3	Licitação dispensada para móveis.....	308
6.3.1	Doação (inciso II, alínea a)	308
6.3.2	Permuta (inciso II, alínea b).....	309
6.3.3	Venda de ações (inciso II, alínea c).....	310
6.3.4	Venda de títulos (inciso II, alínea d).....	310
6.3.5	Bens produzidos ou comercializados pela administração pública (inciso II, alínea e)...	310
6.3.6	Venda de bens, sem utilização previsível, para outro órgão ou ente da administração pública (inciso II, alínea f).....	311
6.4	Desafetação.....	312
6.5	Venda de bens imóveis e habilitação diferenciada.....	312
6.6	Habilitação por recolhimento e existência de débitos com a seguridade social.....	313
6.7	Desnecessidade de autorização legislativa.....	314
CAPÍTULO II – DA LICITAÇÃO.....		315
SEÇÃO I – Das modalidades, limites e dispensa		315
1	Fase externa da licitação, publicação do edital e realização da sessão.....	316
1.1	Obrigatoriedade da publicidade através da internet.....	317
1.2	Publicidade em obras com recursos federais.....	318
1.3	Publicidade nas licitações e seu conteúdo.....	319
1.4	Outros meios de divulgação.....	320
1.5	Edital e disponibilidade	320
1.6	Modificações no edital e nova publicação	321
1.7	Modalidades licitatórias.....	324
1.7.1	Modalidades licitatórias e competência legislativa	324
1.8	Concorrência.....	324
1.9	Tomada de preços	325
1.9.1	Tomada de preços e prazo para cadastramento.....	325
1.10	Convite.....	326
1.10.1	Convite e ramo negocial dos convidados.....	326
1.10.2	Convite e licitantes não cadastrados previamente.....	326
1.10.3	Convite e repetição de convidados.....	326
1.10.4	Convite e exceção ao número mínimo de licitantes.....	327
1.11	Concurso.....	327
1.11.1	Concurso e remuneração.....	328
1.12	Leilão.....	328
1.12.1	Bens penhorados.....	329
1.12.2	Tipos de leilões (inglês, holandês, primeiro preço, Vickrey, aberto e fechado).....	329
1.13	Modalidade pregão	330
1.14	Vedação à criação de novas modalidades.....	330
1.15	Atualização dos valores das modalidades e competência	332

SUMÁRIO

1.15.1	O decreto federal nº 9.412/2018 E a atualização dos valores das modalidades licitatórias	332
1.15.2	Dos reflexos da atualização dos valores das modalidades	334
1.15.3	Reflexos nas dispensas de pequeno valor.....	335
1.15.4	Atualização dos valores e medidas de controle.....	335
1.15.5	Atualização pelo decreto nº 9.412/18 e vinculação (ou não) das demais esferas federativas.....	336
1.16	Da caracterização como obra ou como serviço de engenharia	341
1.17	Simplificação do edital como elemento fomentador da competitividade.....	344
1.18	Parcelamento das contratações.....	345
1.18.1	Fracionamento ilícito.....	345
1.19	Organizações industriais.....	346
1.20	Consórcio público.....	346
1.21	Contratação direta.....	347
1.21.1	Contratação direta e regime jurídico-administrativo.....	347
1.22	Dispensa.....	348
1.23	Dispensa de pequeno valor (incisos I e II).....	348
1.23.1	Dispensa eletrônica	349
1.23.2	Dispensa de pequeno valor e fracionamento ilícito.....	350
1.24	Declaração de guerra e perturbação a ordem (inc. III)	351
1.25	Emergência ou calamidade pública (inc. IV).....	351
1.25.1	Fatores objetivos e fatores subjetivos.....	353
1.25.2	Gestor desidioso e responsabilização.....	355
1.25.3	Contratação emergencial e contingenciamento.....	356
1.25.4	Contratação emergencial e extrapolação do prazo de 180 dias.....	357
1.25.5	Situação emergencial ou de calamidade e discricionariedade da contratação direta.....	357
1.25.6	Dispensa emergencial e sublimação da fase interna	358
1.26	Licitação deserta (inc. V).....	359
1.26.1	Modalidade convite e licitação deserta.....	359
1.26.2	Licitação deserta, contratação direta de serviços contínuos e prorrogação	359
1.26.3	Licitação deserta e Sistema de Registro de preços.....	360
1.27	Intervenção no domínio econômico (inc. VI)	361
1.28	Propostas incompatíveis (inc. VII).....	361
1.28.1	Renovação de propostas.....	362
1.28.2	Renovação de propostas e pregão.....	362
1.29	Contratação de órgão da Administração Pública (inc. VIII).....	362
1.29.1	Compatibilidade com os preços de mercado.....	363
1.29.2	Hipótese de dispensa e estatais exploradoras de atividade econômica.....	363
1.29.3	Limite temporal e o SUS	364
1.29.4	Empresa Brasil de Comunicação	364
1.30	Segurança nacional (inc. IX).....	367
1.31	Dispensa e locação de imóvel (inc. X).....	368
1.31.1	Desnecessidade da inviabilidade de competição.....	368
1.31.2	Chamamento público.....	371
1.31.3	Contratação direta e imóveis inacabados.....	373
1.31.4	Contratação direta de locação sob medida (<i>built to suit</i>)	373
1.31.5	Vigência do contrato de locação de imóveis.....	376

LEIS DE LICITAÇÕES PÚBLICAS COMENTADAS RONNY CHARLES LOPES DE TORRES

1.32	Contratação de remanescente (inc. XI).....	377
1.32.1	Dispensa de remanescente e requisitos.....	378
1.32.2	Dispensa de remanescente e serviços contínuos.....	379
1.32.3	Contratação de remanescente e concessão administrativa de uso.....	380
1.33	Compras de gêneros perecíveis (inc. XII).....	380
1.34	Dispensa para pesquisa, ensino, desenvolvimento institucional ou recuperação social de presos (inc. XIII).....	380
1.34.1	Hipótese e pessoa física.....	381
1.34.2	Lei nº 8.958/1994.....	381
1.34.3	Instituição e pertinência com o objeto contratado.....	383
1.34.4	Subcontratação.....	384
1.34.5	Pluralidade de instituições e licitação.....	385
1.35	Dispensa em face a acordo internacional (inc. XIV).....	386
1.35.1	Acordo internacional e competência.....	386
1.36	Obra de arte e objetos históricos (inc. XV).....	387
1.37	Impressões e serviços de informática (inc. XVI).....	388
1.38	Aquisição de componentes vinculada à garantia (inc. XVII).....	389
1.39	Abastecimento de embarcações, aeronaves e tropas (inc. XVIII).....	390
1.40	Padronização de material militar (inc. XIX).....	390
1.41	Associação de portadores de deficiência (inc. XX).....	391
1.42	Pesquisa científica e tecnológica (inc. XXI).....	391
1.43	Energia elétrica e gás natural (inc. XXII).....	393
1.44	Subsidiárias e controladas (inc. XXIII).....	394
1.45	Organizações sociais (inc. XXIV).....	395
1.45.1	Requisitos para a dispensa de contratação com organizações sociais.....	397
1.45.2	Aplicação do dispositivo para OSCIP's.....	397
1.45.3	Regulamento federal e contratação com recursos públicos.....	400
1.46	Instituição Científica e Tecnológica (inc. XXV).....	401
1.47	Contrato de consórcio público ou convênio de cooperação (inc. XXVI).....	401
1.47.1	Consórcio público.....	402
1.47.2	Contrato de Programa.....	403
1.48	Resíduos sólidos (inc. XXVII).....	404
1.49	Complexidade tecnológica e defesa nacional (inc. XXVIII).....	404
1.49.1	Justificativa para a hipótese de dispensa.....	405
1.49.2	Requisitos.....	405
1.50	Contingentes militares (inc. XXIX).....	406
1.51	Assistência técnica e extensão rural no PRONATER (inc. XXX).....	406
1.51.1	Compra institucional decorrente da chamada pública prevista no artigo 17 da Lei nº 12.512, de 2011.....	409
1.52	Contratações de estímulo à inovação científica (inc. XXXI).....	410
1.53	Contratação de produtos estratégicos para o SUS (inc. XXXII).....	414
1.54	Combate à seca e contratação direta de entidades sem fins lucrativos (inc. XXXIII).....	416
1.54.1	Regulamentação federal.....	418
1.54.2	Regulamentação e efeitos sobre os demais entes.....	421
1.55	Aquisição de insumos estratégicos para a saúde (inc. XXXIV).....	422
1.56	Construção, ampliação, reforma e aprimoramento de estabelecimentos penais, em situação de risco à segurança pública. (inc. XXXV).....	422
1.57	Nuances específicas em relação às dispensas.....	424

SUMÁRIO

1.57.1	Outras hipóteses de dispensa	424
1.57.2	Percentual diferenciado em dispensas de pequeno valor.....	426
1.57.3	Exceção ao limite temporal do inciso VIII.....	427
1.58	Inexigibilidade.....	427
1.58.1	Inviabilidade de competição.....	428
1.58.2	Inexigibilidade e justificativa	430
1.58.3	Inexigibilidade e não taxatividade	430
1.58.4	Credenciamento.....	431
1.58.4.1	Credenciamento e relação de exclusão	437
1.58.4.2	Credenciamento e requisitos	438
1.58.4.3	Credenciamento e remuneração	439
1.58.4.4	Credenciamento e natureza jurídica	440
1.58.4.5	Do ato formal de credenciamento e início da eficácia.....	441
1.58.4.6	Do prazo de vigência do edital	442
1.58.4.7	Credenciamento e reajuste	443
1.58.4.8	Credenciamento e a instrução normativa 05/2017	444
1.58.5	Inexigibilidade e alienação de áreas públicas	445
1.59	Aquisição com fornecedor exclusivo.....	446
1.59.1	Delimitação da exclusividade.....	446
1.59.2	Exclusividade absoluta e exclusividade relativa	447
1.59.3	Noção de praça.....	447
1.59.4	Marcas.....	448
1.59.5	TCU e certidões de exclusividade.....	448
1.59.6	Carta de exclusividade.....	448
1.59.7	Inexigibilidade e aquisição direta de livros.....	449
1.60	Serviços técnicos especializados e inexigíveis.....	450
1.60.1	Inexigibilidade e serviços intelectuais.....	452
1.60.2	Inexigibilidade e serviços rotineiros.....	452
1.60.3	Vedação para serviços de publicidade.....	454
1.60.4	Inexigibilidade e contratação de advogado e de contador.....	454
1.60.5	Inexigibilidade e contratação de cursos de capacitação.....	458
1.61	Profissional de setor artístico e inexigibilidade.....	459
1.61.1	Contratações artísticas e concurso.....	461
1.62	Notória especialização e respeito à impessoalidade.....	461
1.63	Inexigibilidade e pesquisa de preços.....	463
1.64	Condicionantes de eficácia e elementos de instrução	464
1.64.1	Condicionantes de eficácia e dispensas de pequeno valor.....	464
1.64.2	Autoridade superior.....	465
1.64.3	Contratação direta e Publicidade.....	465
1.64.4	Dispensa de pequeno valor e elementos de instrução.....	465
1.64.5	Justificativa do preço.....	466
1.64.6	Contratação por inexigibilidade e a cotação com outros fornecedores.....	468
1.64.7	Ponderação econômica sobre a justificativa do preço da contratação por inexigibilidade.....	470
1.64.8	Contratação direta e débito com a seguridade social.....	472
1.64.9	CADIN.....	473
1.64.10	SIAFI.....	474

LEIS DE LICITAÇÕES PÚBLICAS COMENTADAS – RONNY CHARLES LOPES DE TORRES

SEÇÃO II – Da habilitação	475
2.1 Da habilitação	475
2.1.1 Habilidade e proporcionalidade.....	476
2.1.2 Habilidade e disfunção	479
2.2 Habilidade jurídica	481
2.3 Habilidade jurídica e restrição à competitividade	482
2.4 Regularidade fiscal.....	483
2.4.1 Regularidade fiscal e limites constitucionais	483
2.4.2 Regularidade fiscal e débitos com a seguridade social	489
2.4.3 Certidão de regularidade fiscal não fornecida no município do licitante	491
2.4.4 Regularidade x quitação	492
2.4.5 Regularidade fiscal e compatibilidade com o objeto licitado.....	493
2.4.6 Regularidade fiscal com a seguridade social e com o FGTS.....	494
2.4.7 Regularidade fiscal e contratação direta.....	494
2.5 Regularidade trabalhista e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).....	495
2.5.1 Fundamentos da CNDT.....	495
2.5.2 Constitucionalidade da regularidade trabalhista.....	496
2.5.3 Certidão trabalhista e exigência em qualquer contratação	498
2.5.4 Certidão trabalhista e contratos firmados anteriormente	498
2.6 Microempresa e empresa de Pequeno Porte	500
2.7 Qualificação técnica.....	502
2.7.1 Qualificação técnica e rol legal exaustivo	503
2.7.2 Capacidade técnico-operacional e capacidade técnico-profissional	504
2.7.3 Habilidade com prova de experiência por determinado período	506
2.7.4 Exigência de registro de quitação	506
2.7.5 Registro em entidade profissional	507
2.7.6 Qualificação e proporcionalidade	507
2.7.7 Declaração de conhecimento das condições para a execução contratual	508
2.7.8 Atestado de visita técnica monitorada (vistoria prévia).....	508
2.7.9 Somatórios de atestados.....	513
2.7.10 Atestados e número mínimo	515
2.7.11 Quadro permanente.....	515
2.7.12 Fornecimento de bens e desnecessidade de registro na entidade profissional	517
2.7.13 Prejuízo à competitividade	517
2.7.14 Instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal.....	518
2.7.15 Contratações de grande vulto e exigência da metodologia de execução	518
2.7.16 Atendimento de requisitos previstos em lei especial	519
2.7.17 Exigência da implementação de programa de integridade (<i>compliance</i>) como requisito de habilitação ou condição de contratação.....	520
2.7.18 Jurisprudência	524
2.8 Qualificação econômico-financeira	527
2.8.1 Balanço patrimonial	528
2.8.2 Falência e recuperação judicial	529
2.8.3 Certidão negativa de execução patrimonial	530
2.8.4 Garantia	531
2.8.5 Exigência de índices	531
2.8.6 Exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo ou de garantias (requisitos suplementares).....	531

SUMÁRIO

2.8.7	Exigência e proporcionalidade	532
2.8.8	Qualificação econômico-financeira e a relação dos compromissos assumidos pelo licitante	532
2.8.9	Jurisprudência.....	536
2.9	Documentos e internet.....	539
2.10	Habilitação e restrição eleitoral.....	539
2.11	Dispensa da exigência de documentos de habilitação.....	539
2.11.1	Extensão da dispensa de habilitação.....	540
2.11.2	Dispensa de habilitação e regularidade com a seguridade social.....	541
2.12	Registro cadastral	542
2.13	Cobrança de taxas pelo fornecimento do edital.....	542
2.14	Documentação e empresas estrangeiras.....	542
2.15	Jurisprudência.....	542
2.16	Participação de consórcios nas licitações	543
2.16.1	Regularidade jurídica do consórcio	546
2.16.2	Limitação ao número de empresas no consórcio	546
2.16.3	Consórcio e responsabilidade solidária	546
2.16.4	Alteração da constituição do consórcio.....	547
SEÇÃO III – Dos registros cadastrais		550
3.1	Registro cadastral	550
3.1.1	SICAF e SISG	551
3.1.2	SICAF e a Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018	551
3.1.3	SICAF e registro obrigatório	553
3.1.4	Registro cadastral e certificado.....	554
3.1.5	Indeferimento do registro cadastral e recurso	555
3.1.6	Alteração suspensão ou cancelamento do registro	555
3.1.7	Registro cadastral e exigência nas dispensas de pequeno valor	555
3.1.8	Emissão de nota de empenho, contratação e pagamento	556
SEÇÃO IV – Do procedimento e julgamento.....		557
4.1	Procedimento licitatório.....	557
4.1.1	Fase interna	558
4.1.2	Fase externa	558
4.2	Proposta sem assinatura.....	559
4.3	Comissão de licitação e presença na sessão.....	559
4.4	Parecer técnico.....	560
4.5	Instrumento contratual.....	560
4.6	Parecer jurídico	560
4.6.1	Caráter preventivo da análise jurídica	561
4.6.2	Efeitos do desrespeito ao caráter preventivo da análise jurídica	561
4.6.3	Natureza não vinculante do parecer jurídico	562
4.6.4	Exame do ato convocatório do convite	564
4.6.5	Análise jurídica e dispensas de pequeno valor	566
4.6.6	Análise jurídica e advogados terceirizados	567
4.6.7	Análise jurídica e pareceres sintéticos	569
4.6.8	Análise jurídica e parecer referencial	569
4.7	Responsabilização do parecerista jurídico, pelos Tribunais de Contas.....	571
4.7.1	Natureza da atividade do parecerista jurídico.....	576

LEIS DE LICITAÇÕES PÚBLICAS COMENTADAS – RONNY CHARLES LOPES DE TORRES

4.7.2	Responsabilização de gestores e parecerista jurídico.....	577
4.7.3	Posição do STF	579
4.7.4	TCU e manifestação jurídica irrazoável	584
4.7.5	Posição da OAB.....	587
4.8	Audiência pública.....	588
4.8.1	Audiência pública e marco inicial do procedimento licitatório.....	589
4.8.2	Não realização de Audiência pública e nulidade do procedimento licitatório.....	589
4.9	Descrição do objeto	597
4.10	Sanções.....	597
4.11	Condições para participação e proporcionalidade	598
4.12	Crêterios para julgamento.....	598
4.13	Preços máximos e obrigatoriedade.....	599
4.14	Estimativa do preço máximo.....	599
4.15	Jurisprudência.....	601
4.16	Revisão econômica do contrato	601
4.16.1	Reequilíbrio econômico	602
4.16.2	Reajuste em sentido estrito.....	603
4.16.2.1	Reajuste, anualidade e marco inicial.....	603
4.16.2.2	Reajuste e requerimento formal	604
4.16.2.3	Reajuste antes de um ano de vigência contratual.....	605
4.16.2.4	Obrigatoriedade da previsão do reajuste no edital ou contrato.....	607
4.16.2.5	Impossibilidade de concessão ordinária de reajuste, sem previsão no edital ou contrato.....	607
4.16.2.6	Contrato, sem previsão de reajuste, que suplante a anualidade por culpa da Administração.....	609
4.16.2.7	Reequilíbrio econômico e novo marco legal para o reajuste.....	610
4.16.2.8	Reajuste e preclusão lógica.....	610
4.16.3	Repactuação	612
4.16.3.1	Repactuação e requisitos mínimos.....	613
4.16.3.2	Repactuação e IN 05/2017	613
4.16.3.3	Repactuação e serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra.....	616
4.16.3.4	Caracterização do serviço como “com” ou “sem” dedicação exclusiva de mão de obra.....	618
4.16.3.5	Repactuação e análise de planilha.....	619
4.16.3.6	Momento de incidência da repactuação	620
4.16.3.7	Repactuação e efeitos financeiros	621
4.16.3.8	Crêterio da repactuação para custos decorrentes do mercado (insumos diversos).....	623
4.16.3.9	Repactuação como direito do contratado e a preclusão lógica administrativa.....	624
4.16.3.10	Preclusão lógica parcial.....	628
4.16.3.11	Repactuação e categorias profissionais não alcançadas pela Convenção Coletiva de Trabalho	628
4.16.3.12	Repactuação e salário mínimo.....	629
4.16.3.13	Repactuação e remuneração maior que o piso salarial alterado	631
4.16.3.14	Orientações Normativas da AGU.....	631
4.16.3.15	Repactuação, apostilamento e análise pela assessoria jurídica.....	632

SUMÁRIO

4.17	Juros de mora.....	633
4.18	Correção monetária.....	635
4.19	Jurisprudência.....	635
4.20	Compensações financeiras, penalizações e descontos.....	636
4.21	Multa moratória e contratos de prestadoras de serviços públicos.....	637
4.22	Cronograma físico financeiro.....	638
4.23	Estimativa de preços (pesquisa de preços).....	639
4.23.1	Estimativa de preços nas licitações.....	639
4.23.2	Função da estimativa de preços.....	640
4.23.3	A estimativa de preços na prática administrativa.....	641
4.23.4	A estimativa de preços nas obras e serviços de engenharia.....	642
4.23.5	A estimativa de preços tradicional.....	643
4.23.6	Outras formas eficientes para estimativa de preços.....	645
4.23.7	Estimativa de preços e a IN 73/2020.....	647
4.23.7.1	Formalização e critérios.....	647
4.23.7.2	Parâmetros.....	648
4.23.7.3	Pesquisa de preços e metodologia.....	649
4.23.7.4	Preço máximo x preço estimado.....	650
4.23.8	Estimativa de preços e responsabilidade.....	651
4.23.9	Pesquisa de preços e prorrogação de serviços contínuos.....	652
4.23.10	Preço de referência, preço de mercado e preço transacional.....	656
4.24	Desnecessidade de repetição das regras contratuais no edital.....	658
4.25	Exigência de cota para mão de obra oriunda do sistema prisional.....	658
4.25.1	Da autonomia federativa para regulamentação.....	658
4.25.2	Da regulamentação federal.....	659
4.25.3	A exigência das cotas como requisito de habilitação.....	660
4.25.4	Da complexidade das contratações de serviços comodificadores da aplicação da regra do decreto.....	662
4.25.5	Restrição material para a exigência de cota para mão de obra oriunda do sistema prisional.....	664
4.25.6	Da execução contratual quando admitida a cota.....	665
4.25.7	Da análise de conveniência na utilização das cotas.....	667
4.26	Vinculação ao instrumento convocatório e formalismo.....	668
4.26.1	Lei nº 13.726/18 e a racionalização de atos e procedimentos administrativos.....	671
4.26.1.1	Selo de Desburocratização e Simplificação.....	672
4.27	Contrato firmado e alterações legislativas.....	673
4.28	Jurisprudência.....	674
4.29	Impugnação do edital pelo cidadão.....	674
4.30	Impugnação do edital pelo licitante.....	674
4.31	Licitações internacionais.....	675
4.32	Política monetária e comércio exterior.....	676
4.33	Cotação em moeda estrangeira.....	676
4.34	Pagamento em moeda nacional.....	677
4.35	Garantias de pagamento e isonomia.....	677
4.36	Equalização tributária.....	677
4.37	Licitações com recursos oriundos de organismo internacional.....	679
4.37.1	Origem internacional dos recursos.....	679
4.37.2	Competência do Congresso Nacional.....	680

LEIS DE LICITAÇÕES PÚBLICAS COMENTADAS – RONNY CHARLES LOPES DE TORRES

4.37.3	Mitigação das regras licitatórias e captação parcial de recursos	680
4.37.4	Mitigações e exigências do doador	681
4.37.5	Mitigações e respeito aos princípios basilares da licitação	681
4.37.6	Licitações internacionais e vedação à países específicos	682
4.37.7	Financiamento e “vantajosidade”	683
4.37.8	Mitigação e despesas com recursos nacionais	683
4.37.9	Recursos internacionais e aprovação do edital pelo parecerista jurídico	684
4.37.10	Regulamento federal	685
4.38	Abertura das propostas comerciais	686
4.38.1	Precipitação na abertura das propostas comerciais	686
4.38.2	CrITÉRIOS de aceitabilidade	686
4.38.3	CrITÉRIOS de aceitabilidade, jogo de cronograma e jogo de planilha	687
4.39	Desclassificação e saneamento	688
4.40	Adjudicação e homologação	690
4.41	Sessão e registro dos participantes	690
4.42	Diligências	690
4.42.1	Diligências e discricionariedade	691
4.42.2	Diligências e desnecessidade de previsão em edital	692
4.42.3	Diligência e limites	693
4.42.4	Formas de diligência	694
4.42.5	Diligência e falsidade de documento	694
4.42.6	Desistência da proposta	695
4.43	CrITÉRIO objetivo de julgamento	696
4.44	Propostas inexequíveis e justificativa legal	696
4.45	Fixação de remuneração mínima dos trabalhadores em serviços com dedicação exclusiva de mão de obra	696
4.46	Fixação de remuneração mínima, acima do piso salarial	697
4.47	Do pagamento, ao trabalhador, de salário menor que o estipulado na proposta	701
4.48	Concurso e tipos de licitação	707
4.49	Tipo menor preço	707
4.49.1	Tipo menor preço, caracterizado pelo maior desconto	707
4.49.2	Da aferição do menor preço pelo maior desconto em tabela ou planilha	708
4.49.3	Da aferição do menor preço pelo maior desconto linear em obras e serviços de engenharia	708
4.50	Melhor técnica	711
4.50.1	Procedimento da melhor técnica e preço máximo	712
4.51	Técnica e preço	712
4.51.1	Técnica e preço e certificados específicos	713
4.51.2	Técnica e preço e peso excessivo em pontuação técnica	713
4.51.3	Opção entre técnica e preço ou melhor técnica	714
4.51.4	Jurisprudência	714
4.52	Maior lance ou oferta	716
4.53	Sorteio	716
4.54	Bens de informática e pregão	716
4.55	Bens e serviços de tecnologia da informação	718
4.56	Inexequibilidade	719
4.56.1	Inexequibilidade e critérios legais relativos	723
4.56.2	Desclassificação por inexequibilidade e justificativa	723

SUMÁRIO

4.56.3	Inexequibilidade e garantia adicional	725
4.57	Reabertura de prazo para nova habilitação ou novas propostas	726
4.57.1	Reabertura de prazo e o tipo melhor técnica	727
4.57.2	Reabertura de prazo e inconstitucionalidade	727
4.57.3	Reabertura de prazo quando existente apenas um competidor	728
4.58	Autotutela administrativa	729
4.58.1	Revogação da licitação	731
4.58.2	Anulação da licitação	733
4.58.3	Autotutela e decadência	734
4.58.4	Invalidação da licitação e não devolução dos valores contratuais já pagos	736
4.58.5	Invalidação, ampla defesa e contraditório	738
4.58.6	Jurisprudência	738
4.59	Preterição da ordem de classificação e nulidade	740
4.60	Comissões de licitação	741
4.61	Pequenas unidades administrativas	742
4.62	Concurso e regulamento	742
4.63	Jurisprudência	743
4.64	Leilão comum e leilão administrativo	743
4.65	Leilão administrativo para Estados e Municípios	743
4.66	Contratação de leiloeiro	744
CAPÍTULO III – DOS CONTRATOS		747
SEÇÃO I – Disposições preliminares		747
1.1	Contratos da administração	748
1.2	Espécies	748
1.3	Características dos contratos administrativos	750
1.4	Contratos administrativos e Estado Democrático de Direito	751
1.4.1	Breve apontamento sobre a incompletude do contrato administrativo	752
1.4.2	Contrato administrativo e consensualidade	752
1.4.3	Resolução de conflitos contratuais e as câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos – Lei nº 13.140/2015	753
1.5	Cláusulas necessárias	757
1.5.1	Adimplemento da obrigação e quitação	758
1.5.2	Caracterização do objeto	758
1.5.3	Liquidação de despesa	759
1.5.4	Jurisprudência	759
1.6	Garantia contratual	761
1.6.1	Garantia e discricionariedade	761
1.7	Títulos da dívida pública	762
1.8	Seguro garantia	762
1.8.1	<i>Performance bond</i>	763
1.9	Fiança bancária	765
1.10	Garantia e limite	766
1.11	Orçamento	767
1.12	Vigência dos contratos administrativos	768
1.12.1	Prorrogação x renovação	769
1.12.2	Vigência e créditos orçamentários	770
1.12.3	Projetos contemplados no plano plurianual	775

LEIS DE LICITAÇÕES PÚBLICAS COMENTADAS – RONNY CHARLES LOPES DE TORRES

1.12.4	Serviços contínuos.....	775
1.12.4.1	Periodos iguais e sucessivos.....	777
1.12.4.2	Renovação contratual e passos formais.....	778
1.12.4.3	Fornecimento de passagens aéreas e natureza continuada.....	780
1.12.4.4	Serviços contínuos e fornecimento de refeições.....	780
1.12.5	Aluguel de equipamentos e utilização de programas de informática.....	781
1.12.6	Contratações previstas nos incisos IX, XIX, XXVIII e XXXI do art. 24.....	782
1.12.7	Vigência contratual e locação de imóveis.....	782
1.12.8	Orientações Normativas da AGU.....	784
1.12.9	Jurisprudência.....	784
1.13	Prorrogação da vigência ou da execução do contrato.....	785
1.14	Prorrogação e manutenção do equilíbrio econômico.....	787
1.15	Renovação (prorrogação) contratual e impossibilidade de inovação nas condições contratuais.....	788
1.15.1	Impossibilidade de renovação (prorrogação) contratual sem previsão editalícia ou contratual.....	789
1.16	Vigência de contratos por escopo.....	790
1.17	Contratos administrativos e vigência indeterminada.....	793
1.18	Convênios e vigência indeterminada.....	796
1.19	Prorrogação extraordinária de serviços contínuos.....	797
1.20	Jurisprudência.....	798
1.21	AGU.....	798
1.22	Prerrogativas contratuais da Administração (Cláusulas exorbitantes).....	798
1.22.1	Imposição de ônus especiais.....	799
1.23	Fiscalização.....	800
1.24	Aplicação de sanções.....	801
1.25	Ocupação provisória.....	801
1.25.1	Ocupação provisória e essencialidade.....	802
1.25.2	Ocupação provisória e serviços terceirizados.....	803
1.26	Nulidade do contrato e indenização.....	804
1.27	Jurisprudência.....	805
SEÇÃO II	– Da formalização dos contratos.....	806
2.1	Formalismo e contratos administrativos.....	806
2.2	Formalismo e contrato verbal.....	807
2.3	Regime de adiantamento.....	807
2.4	Reconhecimento de dívida.....	808
2.4.1	Reconhecimento de dívida e elementos condicionantes.....	810
2.4.2	Reconhecimento de dívida e boa-fé contratual.....	811
2.5	Formalização posterior à contratação.....	812
2.6	Prazo para publicação.....	813
2.6.1	Publicidade e eficácia.....	813
2.7	Obrigatoriedade e facultatividade do instrumento contratual.....	814
2.8	Ordem de serviço ou solicitação de serviço.....	816
2.9	Nota de serviço e publicação de extrato.....	818
2.10	Contratos privados da Administração e relativização do regime público.....	818
2.10.1	Rol exemplificativo.....	820
2.10.2	Locação e prazo de vigência contratual.....	821

SUMÁRIO

2.10.3	Administração como usuária de serviços públicos	821
2.10.4	Administração como usuária e suspensão de serviços públicos	822
2.11	Controle social.....	831
2.12	Convocação de licitante remanescente.....	832
SEÇÃO III – Da alteração dos contratos.....		834
3.1	Alterações contratuais.....	836
3.2	Alterações qualitativas.....	837
3.2.1	Alteração qualitativa e inserção de novos serviços ou bens.....	838
3.3	Alterações quantitativas.....	839
3.4	Alterações qualitativas-quantitativas.....	839
3.5	Alterações unilaterais e limites.....	839
3.5.1	Limites e alterações qualitativas.....	840
3.5.2	Atualização do valor e incidência dos limites percentuais	841
3.5.3	Limites percentuais e prorrogações contratuais	842
3.5.4	Limites percentuais e pluralidade de itens.....	843
3.5.5	Cumulação entre acréscimos e supressões.....	844
3.5.6	Contratos sob demanda e execução inferior a 75%	846
3.6	Alterações unilaterais e economia de escala.....	846
3.7	Exceções aos limites percentuais nas alterações unilaterais.....	847
3.8	Alteração unilateral e motivação.....	848
3.9	Alteração unilateral e ausência de previsão no contrato.....	848
3.10	Alteração consensual.....	848
3.10.1	Alteração consensual e substituição da garantia de execução.....	849
3.10.2	Alteração consensual e mudança do regime de execução	849
3.10.3	Mudança da forma de pagamento e vedação à antecipação de pagamento	852
3.11	Aditivo contratual.....	853
3.12	Aditivo contratual e formalidades	854
3.13	Apostila.....	854
3.14	Reequilíbrio econômico-financeiro	855
3.14.1	Objeto do reequilíbrio econômico.....	857
3.14.2	Reequilíbrio econômico e termo aditivo.....	858
3.14.3	Reequilíbrio econômico e variação de taxa cambial.....	858
3.14.4	Reequilíbrio econômico e alocação do risco pelo contrato (matriz de riscos na Lei nº 8.666/93)	859
3.14.5	Desoneração de folha de pagamento e reequilíbrio econômico.....	861
3.14.6	Cumulação indevida de reajuste e reequilíbrio econômico	867
3.14.7	Reequilíbrio econômico e preclusão lógica.....	867
3.14.8	Perda do enquadramento como ME/EPP e reequilíbrio econômico	869
SEÇÃO IV – Da execução dos contratos.....		870
4.1	Gestor do contrato e fiscal do contrato	871
4.2	Fiscal do contrato e terceirizados.....	874
4.3	Registro pelo fiscal	874
4.4	Preposto da empresa.....	875
4.5	Fiscalização e vedações a atos de ingerência.....	875
4.6	Constitucionalidade do dispositivo (STF ADC 16).....	876
4.6.1	Enunciado 331 do TST	877
4.6.2	Responsabilidade subsidiária da Administração por débitos trabalhistas.....	879

LEIS DE LICITAÇÕES PÚBLICAS COMENTADAS – RONNY CHARLES LOPES DE TORRES

4.6.3	Responsabilidade subsidiária e contrato decorrente de obra	882
4.6.3.1	Instrução Normativa nº 06/18 e cláusulas assecuratórias de direitos trabalhistas quando da execução indireta de obras públicas	883
4.6.4	Limites amplos da responsabilização subsidiária	884
4.6.5	Responsabilidade subsidiária e desvio de função	885
4.6.6	Convênios e responsabilidade trabalhista do convenente	885
4.6.7	Contratos de terceirização e conta vinculada	886
4.6.8	Contratos de evento musical e responsabilização pelo pagamento de direitos autorais	887
4.7	Encargos previdenciários e responsabilidade solidária	888
4.8	Subcontratação	890
4.9	Recebimento provisório e recebimento definitivo	891
4.10.	Jurisprudência	892
4.11	Amostras	893
4.12	Glosa	894
4.13	Operação de crédito garantida por cessão fiduciária dos direitos de créditos decorrentes de contratos administrativos	895
SEÇÃO V – Da inexecução e da rescisão dos contratos		897
5.1	Rescisão contratual	898
5.1.1	Inexecução contratual e sancionamento	899
5.1.2	Rescisão e devido processo legal	899
5.2	Alterações subjetivas na relação contratual	900
5.3	Sub-rogação contratual	902
5.4	Fusão, cisão e incorporação	904
5.5	<i>Exceptio non adimpleti contractus</i>	904
5.6	Suspensão do contrato administrativo	905
5.6.1	Da suspensão unilateral pela administração	906
5.6.2	Da suspensão unilateral pelo particular	908
5.6.3	Da suspensão contratual consensual	909
5.6.4	Da alteração contratual para sustação ou alteração de parte da execução contratual (suspensão parcial)	909
5.6.5	Dos efeitos decorrentes da suspensão	910
5.6.5.1	Dos efeitos decorrentes da suspensão integral	910
5.6.5.2	Dos efeitos decorrentes da suspensão parcial	911
5.6.6	Da formalização da suspensão	912
5.6.7	Do fundamento legal para a suspensão contratual	913
5.7	Caso fortuito e força maior	913
5.8	Relações contratuais ilícitas e a ampla defesa	913
5.9	Rescisão de convênios e processamento sem contraditório e ampla defesa	914
5.10	Espécies de rescisão contratual (unilateral, amigável e judicial)	917
5.10.1	Limites para a rescisão consensual	918
5.11	Juízo arbitral	919
5.12	Rescisão contratual e indenização	921
5.13	Prorrogação automática	922
5.14	Consequências da rescisão unilateral	924
5.15	Jurisprudência	926

SUMÁRIO

CAPÍTULO IV – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA TUTELA JUDICIAL	927
SEÇÃO I – Das disposições gerais	927
1.1 Licitante remanescente e não sancionamento	928
1.2 Crime licitatório e consumação desnecessária.....	928
1.3 Causa de aumento de pena.....	929
1.4 Jurisprudência.....	929
1.5 Competência federal sobre legislação penal	930
SEÇÃO II – Das sanções administrativas.....	930
2.1 Multa e previsão editalícia.....	930
2.1.1 Multa pelo atraso na execução	931
2.2 Sanções administrativas	932
2.3 Sanções aplicáveis nas licitações.....	933
2.4 Sanções e poder-dever da Administração.....	933
2.4.1 Omissão no sancionamento e responsabilidades	934
2.4.2 Sanções e tipicidade específica	934
2.4.2.1 Sanções administrativas, ampla defesa e contraditório	937
2.4.3 Sanções nas licitações e seus efeitos.....	938
2.5 Retenção de pagamento.....	941
2.6 Competência para aplicação das sanções	945
2.7 Advertência	947
2.8 Multa (compensatória).....	948
2.9 Suspensão temporária	949
2.9.1 Suspensão temporária e a amplitude de seus efeitos	949
2.9.2 Suspensão temporária e órgãos compostos	955
2.10 Declaração de inidoneidade.....	956
2.10.1 Declaração de inidoneidade e competência.....	956
2.10.1.1 Declaração de inidoneidade e órgãos do poder legislativo e judiciário.....	958
2.10.1.2 Declaração de inidoneidade e conselhos profissionais	958
2.10.2 Declaração de inidoneidade e amplitude de seus efeitos	960
2.10.3 Declaração de inidoneidade e pesquisa.....	961
2.10.4 TCU e declaração de inidoneidade	962
2.10.5 Requisitos e procedimento para a reabilitação em relação à declaração de inidoneidade	963
2.10.6 Jurisprudência.....	964
2.11 Da publicação das sanções em diário oficial	965
2.12 Aplicação de penalidade a licitante adjudicatário.....	966
2.13 Desconsideração da personalidade jurídica	967
SEÇÃO III – Dos crimes e das penas	972
3.1 Crimes licitatórios e dolo.....	973
3.2 Verbas federais e competência para julgamento.....	974
3.3 Contratação direta criminosa.....	975
3.3.1 Contratação de serviços técnicos especializados por inexigibilidade e crime	976
3.3.2 Prescindibilidade de inquérito policial.....	978
3.3.3 Regularidade das contas e ausência de justa causa para a ação penal.....	978
3.3.4 Irregularidade formal e rejeição da denúncia.....	979
3.3.5 Jurisprudência.....	979

LEIS DE LICITAÇÕES PÚBLICAS COMENTADAS – RONNY CHARLES LOPES DE TORRES

3.4	Participação de filiais na mesma licitação e prática criminosa	982
3.4.1	Jurisprudência.....	983
3.5	Patrocínio de interesse privado e invalidação judicial.....	984
3.6	Jurisprudência.....	984
3.7	Comentários.....	986
3.8	Comentários.....	986
3.9	Jurisprudência.....	987
3.10	Comentários.....	987
3.11	Comentários.....	988
3.12	Doutrina	988
3.13	Comentários.....	989
SEÇÃO IV – Do processo e do procedimento judicial		989
4.1	Representação ao Ministério Público.....	990
4.1.1	Jurisprudência.....	991
CAPÍTULO V – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS		993
1.1	Recurso.....	994
1.1.1	Pressupostos recursais	994
1.1.2	Recurso hierárquico.....	995
1.1.3	Recurso e depósito prévio.....	996
1.1.4	Não cabimento de recurso hierárquico próprio, para o ministro de estado, em virtude da aplicação de sanções disciplinares, por autarquia supervisionada.....	996
1.1.5	Do parecer vinculante AC 51 da AGU	1001
1.2	Representação.....	1003
1.3	Reconsideração.....	1003
1.4	Jurisprudência.....	1004
1.5	Recurso e intimação	1004
1.5.1	Doutrina	1005
1.6	Efeito suspensivo e autoridade competente.....	1006
1.7	Competência para julgamento do recurso	1006
1.8	Recurso e autoridade incompetente.....	1007
1.9	Início do prazo recursal e vista dos autos.....	1007
CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS		1007
1.1	Acesso aos autos e contagem do prazo.....	1008
1.2	Cessão dos direitos patrimoniais.....	1009
1.3	Consórcio público.....	1009
1.4	Órgãos jurídicos da administração e controle de constitucionalidade.....	1010
1.5	Tribunal de contas	1014
1.5.1	Declaração de inidoneidade e TCU.....	1016
1.5.2	Tribunal de Contas e controle prévio das licitações.....	1017
1.5.3	Jurisprudência.....	1018
1.6	Licitação e controle judicial	1019
1.7	Discricionariedade administrativa e controle judicial.....	1020
1.8	Pré-qualificação.....	1020
1.9	Regulamentos internos e aperfeiçoamento dos procedimentos licitatórios	1022
1.9.1	Segregação de responsabilidades.....	1023
1.10	Convênios.....	1025

SUMÁRIO

1.10.1	Convênios, termo de execução descentralizada e contrato de repasse.....	1026
1.11	Termo de execução descentralizada	1028
1.12	Utilização dissimulada do convênio, em detrimento de um contrato administrativo.....	1029
1.13	Conteúdo mínimo no instrumento convenial	1030
1.14	Convênios e orientações normativas da AGU.....	1031
1.15	Controle pelo parlamento	1032
1.16	Convênio e fiscalização	1033
1.17	Irregularidade na execução de convênios e sucessão municipal.....	1033
1.18	Convênios e denúncia pelo conveniente	1034
1.19	Convênios com entidades privadas, sem fins lucrativos.....	1036
1.20	Convênios com entidades privadas, sem fins lucrativos, e despesas administrativas.....	1038
1.21	Convênios com entidades privadas, sem fins lucrativos, e remuneração da equipe.....	1038
1.22	Convênios com entidades privadas, sem fins lucrativos, e chamamento público.....	1039
1.23	Licitações e competência legislativa para normas específicas	1040
1.24	Estatais que exploram atividade econômica e regime diferenciado.....	1041
1.25	Bens públicos e uso privativo por particular	1042
1.26	Doutrina	1044
1.27	Alienação de bem público e avaliação.....	1044
1.28	Concessão (cessão) de uso de bens públicos e modalidade licitatória	1045
1.29	Concessão (cessão) de uso de bens públicos e obrigatoriedade de licitar	1047
1.30	Cessão de uso e a impossibilidade de contratação direta, através da hipótese de dispensa descrita pelo §2º do artigo 17 da Lei nº 8.666/93	1048
1.31	Da não obrigatoriedade (absoluta) de realização de licitação para cessão de uso de bens públicos.....	1049
1.32	Cessão de uso para Posto de autoatendimento bancário em órgão público.....	1052
1.33	Agências franqueadas dos Correios.....	1053

PARTE 2 LEI Nº 10.520/02

1.	O pregão.....	1057
1.1	Competência legislativa.....	1057
1.2	Pregão e Regulamentação	1058
1.2.1	Caráter geral das normas e competência para regulamentação.....	1058
1.2.2	Regulamentação da lei federal pelos Executivos locais.....	1059
1.2.3	Utilização do regulamento federal pelos demais entes.....	1060
1.3	Pregão e obrigatoriedade.....	1061
1.3.1	Convênios com recursos federais e obrigatoriedade do pregão.....	1061
1.3.2	Obrigatoriedade relativa do pregão em razão de suas vantagens.....	1065
2.	Bens e serviços comuns	1066
2.1	Aquisição de veículos novos cumulada com alienação de veículos antigos.....	1068
2.2	Bens e serviços de informática.....	1068
2.3	TCU e bens e serviços comuns.....	1068
2.4	Bens e Serviços comuns x bens e serviços complexos.....	1069
2.5	Pregão para Serviços de engenharia.....	1071
2.5.1	Resolução do CONFEA e vedação à adoção do pregão para serviços de engenharia.....	1073
2.6	Regulamento federal e vedação do pregão eletrônico para obras	1074
2.7	Da caracterização como obra ou como serviço de engenharia	1075
2.8	Aquisição concomitante de bens e serviços comuns.....	1078

LEIS DE LICITAÇÕES PÚBLICAS COMENTADAS – RONNY CHARLES LOPES DE TORRES

3. Pregão eletrônico.....	1079
3.1 Pregão eletrônico e regulamentação.....	1080
3.2 Pregão eletrônico e o Decreto federal nº 10.024/2019 (novo pregão eletrônico).....	1081
3.3 Pregão eletrônico e regulamento pelas demais unidades federativas.....	1082
3.4 Pregão negativo.....	1083
4. Justificativa da pretensão contratual.....	1084
5. Definição do objeto.....	1085
5.1 Definição do objeto e TCU.....	1086
5.2 Aglomeração de objetos.....	1086
5.3 TCU e divisão em itens.....	1086
6. Termo de referência.....	1087
6.1 Termo de referência como instrumento de planejamento.....	1087
6.1.1 Estudo técnico preliminar.....	1088
6.1.2 ETP digital.....	1089
6.2 Termo de referência e demais entes federais.....	1090
6.3 Termo de referência e conjunto do edital.....	1091
6.4 Definição do objeto.....	1091
7. Pregão e falta de competitividade.....	1092
8. Estimativa de preços.....	1092
8.1 Estimativa de preços e responsabilidade.....	1092
9. Nomeação de pregoeiro.....	1094
9.1 Exercício das atribuições de pregoeiro.....	1094
9.2 Pregoeiro e adjudicação do objeto.....	1095
9.3 Pregoeiro e a complexidade de suas atribuições.....	1095
9.4 Equipe de apoio.....	1095
10. Baixa competitividade e providências.....	1096
11. Publicação do edital.....	1097
11.1 O pregão eletrônico e a (não) publicação do edital em jornais de grande circulação.....	1099
12. Não divulgação da estimativa de custos no edital do pregão (orçamento sigiloso).....	1102
12.1 Orçamento sigiloso e o decreto federal nº 10.024/2019 (Regulamento do pregão eletrônico).....	1103
12.2 Orçamento sigiloso na legislação.....	1104
12.3 Orçamento sigiloso e procedimento interno.....	1106
12.4 Orçamento sigiloso no pregão e análise econômica.....	1106
12.5 Orçamento sigiloso e a potencial vantagem econômica na contratação pública.....	1107
12.6 Orçamento sigiloso como instrumento de combate à corrupção.....	1111
13. Edital e simplificação.....	1114
13.1 Impugnação ao edital.....	1115
13.2 Vinculação ao edital.....	1115
13.3 Pregão e impugnação ao edital.....	1116
13.3.1 Pregão presencial e impugnação ao edital.....	1116
13.3.2 Pregão eletrônico e o prazo de impugnação ao edital.....	1117
13.4 Acolhimento de impugnação ao edital.....	1119
14. Prazo para apresentação de propostas.....	1119
15. Credenciamento de licitantes.....	1121
15.1 Conteúdo da procuração.....	1122
16. Horários.....	1122

SUMÁRIO

17. Sessão e publicidade	1122
18. Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação	1123
19. Verificação de conformidade das propostas.....	1123
20. Inversão de fases.....	1124
21. Modos de disputa	1125
21.1 Modo de disputa no pregão presencial (fechado/aberto).....	1125
21.2 Modos de disputa no pregão eletrônico.....	1126
21.2.1 Modo de disputa aberto no pregão eletrônico.....	1126
21.2.2 Modo de disputa aberto/fechado no pregão eletrônico.....	1127
22. Etapa de lances	1128
22.1 Crítica doutrinária aos lances.....	1129
22.2 Lances e alteração das condições da proposta	1131
22.8 Uso de “robôs” pelos licitantes.....	1131
23. Amostras.....	1135
24. negociação	1135
25. Aceitabilidade.....	1136
25.1 Uso da prerrogativa de saneamento, pelo pregoeiro	1137
26. Preços inexecutáveis.....	1140
26.1 Preços inexecutáveis e IN 05/2017	1141
26.2 Fraude “coelho” ou “mergulho”	1142
26.3 O “novo coelho”	1142
27. Fase de habilitação	1145
27.1 Peculiaridade da habilitação no pregão eletrônico pela integração com o SICAF	1145
27.2 Limitações às exigências habilitatórias	1147
27.3 Pregão e especificidades em relação à habilitação	1148
28. Exigência de inscrição prévia no SICAF	1150
29. Sessão e registro em ata.....	1151
30. Declaração como vencedor.....	1152
31. Recurso administrativo.....	1152
31.1 Recurso administrativo e pregão eletrônico.....	1153
31.2 Efeito suspensivo do recurso.....	1153
31.3 Legitimidade recursal	1153
31.4 Recurso de licitante com documentação não analisada	1154
31.5 Apresentação de recurso sem a declaração de vencedor.....	1155
31.6 Deferimento do recurso e manutenção dos atos aproveitáveis	1155
31.7 Decisão do recurso e publicação.....	1155
31.8 “Decadência” da manifestação recursal	1155
31.9 Razões recursais.....	1156
31.10 Recurso adesivo.....	1156
31.11 Competência para julgamento dos recursos	1157
31.12 Competência recursal e delegação	1158
31.13 Renúncia recursal.....	1159
32. Pregoeiro e adjudicação	1159
33. Garantia.....	1159
34. Sanções na modalidade pregão.....	1160
34.1 Aparente antinomia das sanções (Lei nº 8.666/93 x Lei nº 10.520/02).....	1161
34.2 Competência para aplicação das sanções	1166

LEIS DE LICITAÇÕES PÚBLICAS COMENTADAS – RONNY CHARLES LOPES DE TORRES

34.3	Aplicação de sanção por autarquia e recurso para Ministro.....	1169
34.4	Amplitude da sanção impedimento de licitar	1170
34.5	Prazo da sanção impedimento.....	1172
34.6	Efeito da sanção impedimento de licitar.....	1173
34.6.1	Efeito da sanção impedimento de licitar e a prorrogação de contratos.....	1174
34.6.2	Afastamento cautelar dos efeitos restritivos das sanções administrativas.....	1175
34.7	Aplicação da restrição gerada pela sanção impedimento durante a licitação	1176
35.	Sujeito passivo das sanções.....	1177
36.	Ilícitos administrativos passíveis de sancionamento	1178
37.	Atos essenciais no pregão.....	1181
38.	Jurisprudência	1181
39.	Bens de informática.....	1183
40.	Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte	1183

PARTE 3 LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.....	1187
CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	1187
1. Observação	1190
2. Síntese sobre a evolução do Estado.....	1190
3. Princípio da igualdade	1195
4. Regulamento e contratação de obras.....	1197
5. Síntese histórica.....	1198
CAPÍTULO II – Da Definição de Microempresa e de Empresa de Pequeno Porte.....	1200
6. Lei Complementar 123/2006 e o tratamento diferenciado nas licitações.....	1203
7. Pertinência do tratamento diferenciado.....	1205
8. Perda do enquadramento durante a vigência contratual e reequilíbrio econômico.....	1206
8.1 Perda do enquadramento durante a vigência contratual e serviços contínuos	1208
9. Participação de ME ou EPP em certame com valor maior que o respectivo enquadramento.....	1208
10. Informação falsa e responsabilidade.....	1209
11. Serviço de cessão de mão de obra e não incidência do simples nacional	1211
12. Pessoas equiparadas a ME/EPP (Cooperativas, microempreendedor individual (MEI), produtor rural e agricultor familiar)	1213
CAPÍTULO V – DO ACESSO AOS MERCADOS.....	1215
Seção única Das Aquisições Públicas	1215
13. Regularidade fiscal e trabalhista postergada.....	1215
13.1 Tratamento diferenciado e débitos com a seguridade social	1217
13.2. Comentários à regularidade postergada.....	1217
13.3. Não regularização e aplicação de sanções.....	1217
14. Empate ficto.....	1219
14.1 Utilização indevida do desempate ficto	1220
14.2 Condição como microempresa e verificação	1221
14.3 Empate ficto e desempate na Lei Geral.....	1221
14.4 Empate ficto e pregão.....	1222

SUMÁRIO

14.5 Empate ficto e procedimento de desempate	1223
14.5.1 Empate ficto e dispensa de remanescente	1224
15 Prazo para novas propostas	1224
16 Desempate ficto e desestímulo à economicidade.....	1224
17 Perigo do uso literal do dispositivo em editais de Pregão.....	1225
18. Desempate ficto e obrigatoriedade.....	1225
19. Momento da convocação.....	1226
20. Licitante coelho e desempate ficto.....	1226
21. Equivalência de valores	1227
22 Demais modalidades e prazo para desempate ficto.....	1227
23 Cédula de crédito microempresarial.....	1228
24 Constitucionalidade do dispositivo.....	1229
25 Liquidação da despesa.....	1229
26. Regulamentação.....	1229
27. Licitações Diferenciadas.....	1230
27.1. Licitações exclusivas.....	1233
27.1.1 Licitações exclusivas e adesão no Sistema de Registro de Preços	1234
27.1.2 Licitações exclusivas e restrição às empresas sediadas no Estado	1234
27.1.3 Licitações exclusivas e serviços contínuos	1235
27.1.4 Licitações exclusivas e posterior aditamento contratual.....	1237
27.1.5 Licitações exclusivas e aglutinação de itens em grupos.....	1237
27.2. Subcontratação.....	1238
27.2.1 subcontratação e indicação de empresa.....	1238
27.2.2 Subcontratação e exigências	1239
27.2.3 Regulamentação federal	1239
27.2.4 Subcontratação e fornecimento de bens.....	1240
27.3. Cota de 25%	1240
27.3.1 Cota no item x cota de item.....	1241
27.3.2 Cota de 25% e regulamento federal.....	1243
27.3.3 Cota de 25% e limite sistemático.....	1244
27.4 Problemas práticos nas Licitações exclusivas.....	1247
27.4.1 Licitações exclusivas e itens espelho.....	1248
27.4.2 Cotas exclusivas e prioridade de contratação.....	1249
27.5. Prioridade de contratação para ME/EPP	1250
28. Inaplicabilidade das licitações diferenciadas.....	1251
28.1 Número mínimo de fornecedores competitivos	1251
28.2. Existência de desvantagem ou prejuízo	1252
28.3 Contratação direta.....	1253
29. Reflexão.....	1253
30. Restrição da licitação a empresas sediadas no estado e inconstitucionalidade.....	1254
31. Lei e respeito à isonomia entre licitantes.....	1255
Referências.....	1257
Índice remissivo.....	1267